

Da gênese à crise do Estado de bem-estar

Ivanaldo Santos – UERN

RESUMO

Levantamento histórico da evolução do *Welfare State* e da sua posterior crise financeira e de legitimidade. Evidencia-se que a partir da compreensão dos fundamentos do Estado de bem-estar, como sendo uma solução para a crise que o capital vivia na década de 1920 e o avanço das forças trabalhistas e socialistas, é perfeitamente possível entender a própria crise, vista, não somente, como uma crise econômica do capitalismo, mas principalmente como uma crise que atravessa essa forma de Estado, pondo em xeque a sua forma de bem-estar e as alianças realizadas entre capital-trabalho.

Palavras-chave: Estado. Bem-Estar. Crise.

ABSTRACT

Short story of Welfare State evolution and its posterior financial and legitimacy crisis. It shows that it totally possible to realise its own crisis by the comprehension of Welfare State fundamentals. As beins the solution for the crisis of capital during the 20`s and the advancement of employment and Socialist powers. That crisis wasn`t considered anly the economical cirsis of Capitalism but the one which goes by that form os State, putting in cheque its way of welfare and the alliances between capital-work.

Key words: State. Welfare. Crisis.

Vivemos um momento da história interessante. De um lado, o abandono das políticas keynesianas de intervenção do Estado que são encaradas como “um cachorro morto” (ANDERSON, 1995b, p. 149). De outro, o aparente triunfo das políticas neoliberais, as quais vêem o Estado de bem-estar como “uma força negativa” (LAURELL, 1997, p. 161). Keynesianismo de um lado – visto como algo atrasado e des-

moralizado – e neoliberalismo de outro, o moderno sistema econômico que conduzirá a humanidade a viver um paraíso na terra.

Se o Estado de bem-estar é uma deformação na política socioeconômica, por que então ele foi implantado? Se o livre mercado é a única forma de garantir a estabilidade social, por que então a sociedade adotou o caminho do intervencionismo estatal? Para responder estas perguntas que povoam o imaginário acadêmico é necessário se realizar uma rigorosa análise das origens, do desenvolvimento e da própria crise do *Welfare State* (Estado do bem-estar).

O *Welfare State* é investidor econômico, em parte regulador da economia e dos conflitos sociais, mas também “Estado benfeitor que procura conciliar crescimento econômico com legitimidade da ordem social” (LAURELL, 1997, p. 76). Ele permitiu altas taxas de crescimento econômico, ordem social e uma alternativa aos triunfos do Socialismo no leste europeu na primeira metade do século XX, porém a crise finalmente chegou, “e o Estado social decompôs-se desde os anos 1970, tendendo a ser subvertido pelo neoliberalismo, numa transição que ainda não acabou” (LAURELL, 1997, p. 76). A partir da compreensão dos fundamentos do *Welfare State* – como sendo uma solução para a crise que o capital vivia na década de 1920 e o avanço das forças trabalhistas e populares – é perfeitamente possível entender a própria crise, vista, não somente, como uma crise econômica do Capitalismo, mas principalmente como uma crise que atravessa essa forma de Estado, pondo em xeque a sua forma de bem-estar e as alianças feitas entre capital-trabalho.

A história do Estado de bem-estar é situada no pós-segunda guerra, embora algumas experiências

estatistas sejam encontradas num período anterior. Podemos citar como antecedentes concretos das políticas de bem-estar o *New Deal* (Novo Acordo)¹, na Alemanha de Bismark, na lei dos pobres na Inglaterra do século XVIII, na planificação da, extinta, União Soviética e nas demais experiências totalitárias da primeira metade do século XX.

A bem da verdade, os fatores que originaram o *Welfare State* são variados e demais conturbados. Esses fatores são analisados por correntes de pensamento diferentes, sendo elas: a Teoria da Cidadania, a Teoria da Convergência, o Funcionalismo, o Marxismo e a perspectiva do serviço social. Não optamos por uma corrente específica, por exemplo, a Teoria da Cidadania ou o pensamento marxista. Pois, compreendemos que todas estas correntes possuem argumentos que descrevem, com relativa segurança, a gênese e o desenvolvimento do Estado de bem-estar. Entretanto, adota-se uma perspectiva heurística frente a todas essas correntes², isto é, realizamos um apanhado dos argumentos centrais de cada teoria para possibilitar uma compreensão do problema.

O motivo para se adotar tal postura é que qualquer teoria isolada não explica a totalidade dos problemas que envolvem o *Welfare State*. Tomemos, como exemplo, o pensamento funcionalista que centra sua argumentação na constituição e desenvolvimento da sociedade industrial, porém não faz qualquer menção ao pacto capital-trabalho realizado no pós-segunda guerra ou da necessidade que o Estado possuía e possui de impedir rebeliões e insurreições por parte da população.

Para compreendermos o desenvolvimento do Estado de bem-estar utilizaremos a tipologia estabelecida por Esping-Andersen. Como afirma Aurélio (1998, p. 56): “É certo que a tricotomia formulada por Esping-Andersen, embora não seja capaz de ofe-

recer uma alternativa a todas as limitações e deficiências apontadas [...], parece representar um avanço para as experiências de construção de tipologias do *Welfare State*”.

Esping-Andersen não realiza um trabalho perfeito que respondeu todas as questões sobre este problema, mas ao mostrar que o Estado de bem-estar, durante o seu desenvolvimento, agrupou-se em três modelos diferentes, abriu espaço para a realização de pesquisas específicas sobre cada modelo com seus referidos problemas e conquistas. Vale salientar, que o próprio Esping-Andersen (1991, p. 110), afirma: “que não existe um único caso puro”, ou seja, sua análise é um tipo ideal que tem como finalidade captar a realidade.

Qual é a tipologia de Esping-Andersen? Ele divide o *Welfare State* em três modelos.

1) Modelo Liberal. Nesse regime, predominam os benefícios proporcionais mediante comprovação de carência, sendo as transferências universais modestas. Dessa forma, os benefícios, com raras exceções, têm seu foco, sua destinação a uma clientela de baixa renda, formada, basicamente, por indivíduos da classe operária. O bem-estar público é mantido em um nível mínimo, a fim de não se constituir em desestímulo à participação do cidadão no Mercado de Trabalho.

Seus benefícios são freqüentemente estigmatizados, pois o Estado incentiva o Mercado a prover e gerir o bem-estar, seja pelo fato de o Estado garantir, simplesmente, uma exígua provisão pública direta ou pelo Mercado subsidiar mecanismos e políticas privadas de bem-estar e de proteção social. Assim, o grau de desmercadorização³ dos indivíduos resultante dessas políticas é muito baixo. Os direitos sociais são limitados e o tipo de estratificação estabelecida é “um misto de uma relativa igualdade

1 A expressão *New Deal* ficou consagrada na década de 1930 para designar um conjunto de reformas econômicas nos EUA sob a presidência de Franklin Roosevelt.

2 Este tipo de posição é adotado por outros analistas do Estado de bem-estar. Cf. Silva (1999).

3 Esping-Andersen (1991, p. 102) conceitua “desmercadorização”, como: “A introdução dos direitos sociais modernos, por sua vez, implica um afrouxamento do status de pura mercadoria. A Desmercadorização ocorre quando a prestação de um serviço é vista como uma questão de direito ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do Mercado”.

na pobreza entre os benefícios do sistema, proteção diferenciada pelo mercado para as maiorias e um dualismo político de classe entre os dois” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 108). Os países que se agrupam para formar essa modalidade de regime e que podem ser considerados como seus arquétipos, são: os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália.

2) Modelo Conservador ou Corporativista. Neste modelo, o Mercado não é visto como único responsável pela provisão do bem-estar, e os direitos sociais nunca foram contestados de maneira sistemática. Não existindo um radical propósito de estabelecimento do Mercado plenamente livre e por uma mercantilização quase obrigatória do indivíduo, típica do modelo liberal. A herança corporativista e estatista que prevalece nos países que se agruparam para formar esse modelo fez da preservação das diferenças de *status* uma questão central. A concessão de direitos manteve, portanto um *ethos* de classe e de *status* social. Como o Estado, ao incorporar as estruturas corporativas, estava preparado para deslocar o Mercado da posição de provedor do bem-estar, a seguridade privada e os benefícios indiretos não se desenvolveram muito nesse modelo. Porém, não existe o suposto de que a provisão pública do bem-estar deva ser extensiva, de modo que a intervenção estatal acentue a manutenção de diferenças de status e a família tenha um papel essencial. Logo, o impacto redistributivo da renda, desse modelo, é bastante pequeno.

Historicamente, os países que se agruparam para formar o Modelo Conservador tiveram forte influência da Igreja Católica, mantendo o seu compromisso de preservação dos valores tradicionais da família. Tal fato implicou a exclusão das mulheres casadas que não tinham emprego remunerado, do acesso ao sistema público de bem-estar social. Desse modo, não cabe esperar que serviços de assistência infantil, como creches, tenham prioridade na agenda política. São sobretudo países da Europa Central, como Alemanha, França, Itália e Áustria, que formam esse modelo.

3) Modelo Social-democrata. É o modelo que abarca o menor número de países. Caracteriza-se pela predominância de princípios universais na provisão pública e pela extensão da desmercadorização proporcionada pelos direitos sociais às novas classes médias. Este modelo é denominado a partir do reconhecimento do papel crucial da social-democracia nas reformas sociais desses países. Evitando o dualismo entre Mercado e Estado, e entre classe operária e classe média, o *Welfare State* social-democrata teria promovido “uma igualdade nos mais elevados padrões, não uma igualdade nos padrões mínimos, como se procurou fazer em outros lugares” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 109). Com isso, tornou disponíveis serviços de alta qualidade e benefícios generosos, garantiu-se aos trabalhadores a participação integral na qualidade dos direitos desfrutados pelos grupos sociais de melhor situação e privilégio. A lógica do universalismo social-democrata é sintetizada na seguinte frase: “todos se beneficiam, todos são dependentes e todos supostamente se sentirão no dever de contribuir [pagar imposto]” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 110).

A predominância da provisão pública de bem-estar dá-se, no Modelo Social-democrata, não só em detrimento do livre jogo das forças do Mercado, mas também em detrimento da família tradicional. Os custos de manutenção de uma família e da criação dos filhos também devem ser partilhados. O objetivo é fomentar a capacidade de independência dos indivíduos e não maximizar a dependência em relação ao Mercado ou à família. A fim de minimizar a dependência do Mercado e da família, o Estado de bem-estar Social-democrata compromete-se com uma pesada carga de serviços sociais e tributárias. É justamente essa pesada carga tributária que os críticos do *Welfare State* vão atacar de maneira mais efusiva. Este modelo se estabeleceu nos países escandinavos (Suécia, Noruega, Dinamarca etc).

Apesar da existência desses três modelos o *Welfare State* possui características semelhantes como, por exemplo, o Estado adentrando na própria relação salarial – fato altamente criticado pelo pensa-

mento neoliberal – e na sociedade efetuando uma reconstrução da vida cotidiana e das dependências entre as classes e o próprio Estado, assim como a dependência interclasse.

Fica, contudo uma pergunta no ar. Quais são os fatores que levaram ao desenvolvimento do *Welfare State*?

É perfeitamente possível agrupar os fatores que levaram ao desenvolvimento das políticas estatais de bem-estar em dois blocos de argumentos. 1) os argumentos referentes à constituição do Estado de bem-estar e, 2) Os argumentos que tratam da difusão internacional do *Welfare State*.

ARGUMENTOS REFERENTES À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE BEM-ESTAR

Serão desenvolvido onze argumentos para explicar a constituição do Estado de bem-estar social.

O primeiro argumento é a própria dinâmica da Modernidade que levou as instituições tradicionais como a família e a Igreja a perderem a capacidade de suprir as necessidades dos indivíduos mais vulneráveis. Com isto, o Estado foi convocado a assumir a função de garantir determinados padrões mínimos de vida à população. Sobre esta questão Rosanvallon (1981, p. 22), afirma: “O Estado-providência exprime a idéia de substituir a incerteza da providência religiosa pela certeza da providência estatal”.

O segundo argumento é a lógica da industrialização. Argumenta-se que todas as nações industrializadas – independente de suas especificidades históricas, políticas e culturais – teriam convergido para determinados aspectos básicos, seguindo os passos do processo evolutivo guiado pelo impacto do desenvolvimento econômico e tecnológico sobre a estrutura do emprego de uma forma geral. O processo de industrialização teria criado novas demandas de gasto público, uma vez que a família e as outras instituições tradicionais não podiam mais exercer suas funções de bem-estar e o novo processo produtivo provocara a marginalização de determi-

nados grupos de indivíduos, como do proletariado. O Estado teria respondido, nem sempre com a rapidez necessária, à emergência dessas novas demandas. Não obstante, as origens dos programas sociais – saúde, educação, habitação, etc – deve ser visto a partir da complexidade da divisão social do trabalho, fruto do processo de industrialização que se iniciou na Inglaterra no século XVIII. Como o processo de industrialização acarretou a especialização dos trabalhadores, os indivíduos foram se tornando, cada vez mais, dependentes da sociedade. Nesse sentido, os serviços sociais seriam a resposta às necessidades individuais ou coletivas, garantindo a sobrevivência tanto da sociedade como do Capitalismo.

O terceiro argumento é que a provisão pública de bem-estar teria sua origem na necessidade de dissolver o conflito de classes inerente a mercantilização do trabalho. O conflito de classes nas sociedades industriais, da maneira como foi apreendido por Marx, em *O Capital* (1996), teria sido substituído por um tipo de conflito de classes que progressivamente se institucionalizou, tendo se concentrado nas questões distributivas mais do que naquelas relativas à produção.

O quarto argumento coloca como ponto central a natureza competitiva da dinâmica político-partidária das democracias de massa, pois produziu importantes transformações no universo político. Esse processo alterou o radicalismo político. Essa alteração se deu, por um lado, devido à competição partidária que exige o fortalecimento da burocracia dos partidos e a maximização do apoio eleitoral, essencial na busca de uma maioria parlamentar. Por outro lado, a ampliação do eleitorado dos partidos de esquerda – e na Escandinávia da social-democracia – tendo como consequência o aumento da representatividade do operariado, gerou maior heterogeneidade dos grupos de apoio às políticas de bem-estar e diminuiu, e em alguns momentos até quebrou, o forte corporativismo dos partidos burgueses. O fato de o operariado ter conseguido uma maior representação no Parlamento levou ao estabe-

lecimento de acordos entre burgueses e proletariado visando à efetivação do *Welfare State*.

O quinto argumento vai dar conta da capacidade de revolta e insubordinação do proletariado. Durante todo o século XIX e na primeira metade do XX o proletariado foi protagonista de grandes revoltas no continente europeu. Revoltas essas que provocaram grande prejuízo à burguesia, colocando em risco a taxa de lucro. Por esse motivo, o Estado providência é, desde sua origem, uma figura particular da dominação social sobre as classes laboriosas. Classes perigosas, cujos movimentos subversivos – do ponto de vista burguês – estão sujeitos àquilo que Foucault, em *Microfísica do poder* (1979), classificou como sendo a normalização dos indivíduos ou de medicalização, ou seja, as políticas de bem-estar têm a finalidade de disciplinar o operariado e, ao mesmo tempo, de leva-lo a colaborar voluntariamente para o incremento da produção e do lucro dentro do Sistema Capitalista.

O sexto argumento é a questão da acumulação de capital. Esta visão da crise é desenvolvida por James O'Connor em seu livro *USA: A crise do Estado capitalista* (apud ARRETCHE, 1995). Para ele o setor privado é o implusionador do crescimento da economia. No interior do setor privado, o setor monopolista é o setor-chave. Entretanto, o setor monopolista não paga os custos do investimento social, ou seja, gastos necessários ao aumento da produção. Custos esses necessários à sua expansão. O setor monopolista, dado o incremento em produtividade, tende a produzir mais produtos do que a capacidade do Mercado para consumi-los. Do mesmo modo, este setor faz uso do emprego de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, ele tende a produzir formas progressivas de desemprego tecnológico e outras formas de desemprego, como a falência de pequenas e médias empresas, que acompanham o crescimento do Capitalismo. Logo, cria-se uma demanda social enorme e este gasto recai sobre o Estado. Uma vez que os recursos utilizados pelo Estado para custear os investimentos sociais são arrecadados da população, isto quer dizer que os investimentos sociais

necessários à expansão do setor monopolista são socializados via Estado.

O crescimento do setor monopolista tende a gerar, de um lado, um excedente de produtos, e, de outro lado, uma população excedente. Segundo O'Connor (apud ARRETCHE, 1995), a população excedente no setor monopolista tende a ser absorvida por empregos gerados pelo setor estatal e competitivo, ao mesmo tempo em que a disponibilidade de mão-de-obra tende a rebaixar os salários no interior do setor competitivo, fazendo com que os trabalhadores desde setor sejam, gradualmente, cada vez mais, pobres. Esse movimento implica o crescimento das despesas sociais e do funcionalismo estatal, porque, segundo O'Connor (apud ARRETCHE, 1995, p. 14) “tais operários [do setor monopolista] dependem cada vez mais do Estado para satisfazer suas necessidades”, que serão satisfeitas sob a forma de programas sociais – como a contratação de mais funcionários públicos. Por sua vez, o problema do excedente de produtos é solucionado pela expansão do comércio e do investimento no exterior, inclusive com o substancial aumento dos gastos militares. Esta evolução, segundo Rosanvallon (1981, p. 22), “traduz, ao nível das representações do Estado, o movimento no qual a sociedade deixa de se pensar como um corpo para se conceber como um Mercado”.

O sétimo argumento é com relação à ampliação da concepção de democracia. A democracia quando nasceu, na Atenas do século IV a.C., era um privilégio de uma minoria formada pela aristocracia agrária. Quando a democracia renasce com o advento da Revolução Francesa era um privilégio da elite burguesa. Porém, com o desenvolvimento da Revolução Industrial, o aperfeiçoamento da Sociedade Capitalista, da organização sindical, das lutas populares, das pressões realizadas pelos socialistas e pelos anarquistas; ela foi lentamente se expandindo. No início do século XIX só quem tinha direito a votar eram os “homens bons”, isto é, os indivíduos do sexo masculino e que possuíam uma situação financeira que os colocavam dentro do círculo composto pela

elite economicamente dominante. Com o passar do tempo os direitos políticos, foram, lentamente, se universalizando. Tudo isso levou a um movimento evolutivo dentro do campo dos direitos. Do direito civil e jurídico – igualdade perante a lei – para o direito político e, finalmente, para o direito social. O *Welfare State* seria a coroação desse movimento realizado ao longo de mais de trezentos anos de lutas populares visando à conquista da plena emancipação.

O oitavo argumento é a questão das crises econômicas dentro do Sistema Capitalista. O Capitalismo tem como uma de suas características centrais o movimento cíclico: prosperidade X crise. Ele tem um período de crescimento produtivo e aumento na taxa de lucro e, logo em seguida, vem uma recessão que coloca o lucro com uma propensão negativa. Este movimento vinha acontecendo até a década de 1930, pois neste período houve a Grande Depressão, isto é, a maior crise vivida no Capitalismo até aquele momento. Essa crise ameaçou levar a produção e, por conseguinte, o lucro ao ponto zero. Se tal fato tivesse acontecido o Capitalismo Moderno enquanto Sistema Econômico-Político estaria acabado. Para evitar e, ao mesmo tempo, prevenir futuras crises econômicas o Sistema Capitalista recorreu ao Estado – justamente o que recomenda Keynes na *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1988) – enquanto fonte financiadora das empresas em dificuldade. O Estado passou a ser uma empresa de porte capitalista para investir nas áreas onde o capital não tinha recursos para adentrar e como mediador das crescentes reivindicações do Movimento Operário. Vale salientar que como mediador das reivindicações populares o Estado se comporta ora sendo uma instância para garantir e efetivar direitos, ora como guardião dos interesses dos empresários reprimindo, duramente, as manifestações do povo.

O nono argumento é a constituição do Estado-nação. Na Antigüidade passando pela Idade Média o indivíduo não tinha uma pátria, no sentido de espaço territorial, para viver. O máximo que ele possuía era um espaço privado, onde podia estabelecer relações com sua família, parentes e amigos.

Com o advento da Modernidade e o lento processo de formação das nações, o indivíduo passou a ter um espaço mais amplo, o espaço público⁴, onde ele pode discursar – fazer uso da palavra – e reivindicar melhores condições de vida. Neste ponto, cria-se um impasse: para quem o povo deve dirigir suas reivindicações? Visto que o senhor feudal perdeu seus poderes, os reis tinham seus poderes enfraquecidos pelas guerras e pelos acordos políticos, a Igreja e os demais organismos tradicionais tiveram seus poderes drasticamente reduzidos e o empreendedor – o capitalista do século XVIII e XIX – estava preocupado em auferir grandes lucros com a produção. O Estado terminou sendo o único elemento disponível. Além do mais, ele era o único elemento capaz de unir os vários atores sociais (burguesia, proletariado, camponato, etc) em torno de interesses comuns como levar ao pleno desenvolvimento os recursos de um Mercado Nacional determinado e garantir a soberania nacional frente às investidas de outras nações.

O décimo argumento é a lógica da burocracia estatal. A burocracia estatal tem dois objetivos básicos. O primeiro objetivo é a expansão de sua estrutura através da criação de novos cargos públicos, contratação de novos funcionários, prestação de serviços os mais variados possíveis, que vão desde o estabelecimento de uma força armada regular até os serviços básicos de saúde e educação. O segundo objetivo é a melhoria do seu padrão de vida. Essa melhoria se dá por meio de constantes aumentos de salários. Todavia, para que estes dois mecanismos possam ter bom êxito é necessário que o Estado garanta as condições de ampliação do capital, fundamentalmente porque a saúde financeira do

4 Na Atenas do século IV a.C. também existia um espaço público. A prova disto são os discursos de Sócrates – descritos por Platão em seus diálogos – na Agora (praça central) ateniense. Todavia, Sócrates estava infringindo a legislação que reservava os discursos para a elite política. Este foi um dos motivos dele ter sido condenado à morte. Na Modernidade há um processo, lento e gradual, de conquista do espaço público pela população. Ao contrário de Atenas, a praça deixa de ser um espaço privado de uma certa classe social e passa a ser o campo, público, de discussão dos problemas sociais realizados por todas as classes e grupos sociais.

Estado depende do bom desempenho da economia. Faz parte do cálculo econômico da burocracia estatal considerar que sua estabilidade e expansão dependem da manutenção do capital e também da prestação de serviços de bem-estar social para a população. Logo, na lógica da burocracia o *Welfare State* é um ente necessário para a manutenção do seu *ethos* social. Portanto, segundo Hayek (1983, p. 231) “os burocratas se transformam nos principais representantes do povo” para garantir a manutenção, e até a expansão, dos seus próprios privilégios de classe.

O décimo primeiro e último argumento é a questão das guerras. A Revolução Russa de 1917, as duas guerras mundiais bem como a depressão econômica, a qual ocorreu no período entre ambas. Esses fatos históricos vieram a acelerar a evolução lógica do sistema de bem-estar social, pois criaram um sentimento – tanto a nível nacional como a nível do continente, neste caso a Europa – de solidariedade propício ao desenvolvimento de programas de proteção social.

A Sociedade Européia ficou com medo de haver uma terceira guerra mundial causada pelo desemprego e pelo caos provocado pelas péssimas condições de vida da população. Outro medo que reinava na Europa era o do triunfo dos socialistas no leste europeu, triunfo este que inicialmente esteve ligado, apenas, à Rússia, mas estendeu-se para vários países do leste como Polônia e Hungria. E depois se espalhou por outros continentes como a Ásia, a Revolução Chinesa, e a América Latina, a Revolução Cubana. Então, para afastar o perigo de uma terceira guerra mundial e do avanço crescente do Socialismo o Estado, nos países europeus, foi intimado a acelerar o estabelecimento das políticas de bem-estar social.

ARGUMENTOS QUE TRATAM DA DIFUSÃO INTERNACIONAL DO ESTADO DE BEM-ESTAR

Serão desenvolvidos nove argumentos para explicar a difusão internacional do Estado de bem-estar.

O primeiro argumento é o Novo Sistema Monetário, o qual foi acionado com os acordos da

conferência de Bretton Woods. Nesta conferência foi criado o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Ela realizou-se em New Hampshire, em 1945, nos Estados Unidos, no Hotel Monte Washington, em Bretton Woods. Os acordos estabelecidos possibilitaram, até a década de 1970 quando houve a grande crise do petróleo, a estabilização econômica dos países europeus e dos EUA e, por conseguinte, do avanço das políticas de bem-estar. Pode-se sintetizar os aspectos fundamentais de Bretton Woods em cinco itens.

1) O sistema de Bretton Woods proibia as taxas de câmbio flutuantes, expressava o valor das moedas em ouro e, simultaneamente, em relação ao dólar, comprometia-se a manter a conversibilidade do dólar em ouro.

2) Os Estados Unidos constituíam a única unidade política que conservava a liberdade de não adotar medidas restritivas em caso de déficit da balança de pagamentos externos.

3) No caso dos Estados Unidos, como os dólares eram identificados com as reservas, o déficit da balança de pagamentos externos colocava à disposição dos bancos centrais – em particular da antiga República Federal Alemã (RFA) e do Japão – divisas excedentes que eles investiam no bônus do tesouro americano. Assim, o déficit dos pagamentos não exercia influência alguma para neutralizar as causas do déficit.

4) Todos os países comprometiam-se a manter as suas moedas estáveis, sujeitas a uma pequena flutuação de 1%, em relação às dos demais. Se a moeda de um país começasse a cair sob a pressão de importações excessivas e pequeno volume de exportações, o seu banco central compraria essa moeda e apoiaria o seu valor em relação às moedas dos outros países. Caso as reservas do Banco Central, em termos de moedas aceitáveis aos outros países não permitissem tais compras, o país poderia recorrer ao FMI para obter ouro, dólares, ou outras moedas aceitáveis a

fim de manter o programa de sustentação. Ao fazer isto, depositaria um montante equivalente de sua própria moeda como garantia.

5) O valor máximo que poderia ser emprestado por um país junto ao FMI, estava limitado à sua quota (equivalente ao montante de sua contribuição ao fundo). Uma escala de recursos crescentes com o montante, bem como a duração do empréstimo, eram fatores que estimulam o país a eliminar as circunstâncias que o conduziram à necessidade de empréstimo pelo FMI quanto à conveniência de tais medidas. As missões do FMI adquiriram, assim, uma grande reputação no panorama internacional. As políticas do FMI – que surgiram para estimular o crescimento de economias em crise, como, por exemplo, as do Brasil e Argentina – terminaram se transformando em um mecanismo para impedir o desenvolvimento dessas economias e perpetuar a submissão às potências capitalistas como, por exemplo, os EUA e a Inglaterra.

O segundo argumento é o Plano Marshall que os americanos implementaram logo após a Segunda Guerra Mundial com a finalidade de sustentar a reconstrução das economias capitalistas européias. Segundo Galbraith (1989), os EUA pouparam mais de 250 bilhões de dólares durante o período de 1939-1945. Os americanos foram os grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial, pois reconstruíram a sua economia que estava debilitada devido à Grande Depressão de 1929, pouparam uma gigantesca soma em dinheiro que possibilitou o financiamento da Guerra Fria e do Imperialismo na América Latina e na África. E, por último, a guerra destruiu as potências européias, Inglaterra, França, Itália e Alemanha, que rivalizavam com os americanos. Eles implementaram o *Pump Priming* – gastos do Governo Federal, cujo único objetivo era estimular a economia – a partir dos bilhões de dólares acumulados durante o litígio. Para Galbraith (1989, p. 227): “O pressuposto passara a ser um equilíbrio de desemprego, a intenção e obrigação do governo a ser rom-

per este equilíbrio e assegurar o ressurgimento do pleno emprego”.

Ao bancar a reconstrução da Europa e o desenvolvimento de países da América Latina, como o Brasil, México e Argentina, os EUA estavam bancando, indiretamente, seu próprio desenvolvimento, pois estimulou a sua indústria a crescer, rompeu com as altas taxas de desemprego e estabeleceu uma política de pleno emprego alicerçada por medidas de bem-estar. Para Galbraith (1989), os americanos viveram os trinta anos gloriosos (1944-1974) ou anos de ouro, graças aos lucros auferidos com a Segunda Guerra e o financiamento do *Welfare State* no continente europeu.

O terceiro argumento é a Guerra Fria. Esta guerra desenvolveu-se entre o Bloco de Países Capitalista (EUA, Inglaterra, França etc) e o Bloco de Países Socialista (Rússia, Polônia, Cuba etc). Não nos cabe realizar uma análise profunda desse acontecimento histórico, todavia, de um lado, ele constituiu num movimento ideológico e militar para conquistar posições estratégicas em todo o planeta. Um bom exemplo de como a Guerra Fria difundiu o Estado de bem-estar é a guerra da Coreia em 1950, justamente no momento em que o Plano Marshall estava sendo desativado. Esta guerra proporcionou aos Estados Unidos uma nova modernização no parque industrial, além de dar um ânimo às políticas de pleno emprego – o que Navarro (1991) conceitua de “keynesianismo militar”. Por outro lado, os americanos auxiliaram no desenvolvimento do parque industrial do Japão, inicialmente por meio da indústria bélica, para evitar que esse país aderisse ao Bloco Socialista. Outro exemplo, entre tantos, que deve ser mencionado é a guerra do Vietnã. Esta guerra proporcionou a continuação do crescimento da indústria americana, entretanto quando o litígio foi encerrado em 1972 com a derrota americana, foram implementadas políticas para desenvolver aquela região da Ásia e impedir o crescente avanço do Socialismo. Neste ponto, é que surgem as políticas que possibilitaram o crescimento econômico dos tigres asiáticos como Singapura, Malásia e Taiwan.

O quarto argumento é o neocolonialismo estabelecido após a Segunda Guerra. Este pressupunha uma dependência constante dos produtos industrializados do centro do Capitalismo e, ao mesmo tempo, a disponibilidade de matérias-primas a baixo custo. Isto possibilitou o incremento de políticas de pleno emprego na Europa e na América do Norte, pois a indústria dessas regiões crescia à medida que os países capitalistas exportavam seus produtos para a África, Ásia e a América Latina.

O quinto argumento é o pacto capital e trabalho. No caso específico das políticas de bem-estar, isto implicou a coincidência de interesses entre capital e trabalho, ainda que por diferentes razões. Ou seja, nos períodos de inovação e crescimento das políticas sociais, ambas as classes fundamentais – que naquele momento histórico eram a burguesia e o proletariado – viam tais políticas como sendo de seu interesse. A classe trabalhadora aderiu baseada no pressuposto de que qualquer política que atenuasse as dificuldades e modificasse o jogo cego das forças de mercado é bem-vinda. A classe capitalista, porque isto reduz o descontentamento da classe trabalhadora, prevê novas modalidades de integração e controle sobre esta classe, regula os salários, pois o Estado interventor impede que eles cresçam demasiadamente ameaçando a taxa de lucro e, por último, oferece ainda benefícios ideológicos e econômicos como um operário mais disposto para o trabalho e mais qualificado para exercer sua função.

Em outros termos, em uma conjuntura político-ideológica específica, o pós-segunda guerra, a capacidade de pressão dos movimentos sociais, fortalecida pelo crescimento econômico, e a escassez de mão-de-obra na Europa, criou uma consciência de classe entre os capitalistas, implicando a reformulação do Estado. Reformulação esta que explica a emergência de um Estado com face social. Ainda que o caráter contraditório das relações entre capital e trabalho, no Capitalismo, implique que a harmonia aparente de interesses se rompa rapidamente – o que de fato aconteceu na década de 1970. É inegável o fato de que, no período entre 1945-1970,

ocorreu um acordo entre aquelas duas classes fundamentais, e a classe trabalhadora, como consequência, incorporou-se aos benefícios de bem-estar social capitalista.

O sexto argumento é a necessidade, cada vez mais crescente, de “socializar” os custos da produção e de abaixar os custos de reprodução da força de trabalho. Para que a população possa usufruir os bens produzidos pela indústria se faz necessário que esta tenha condições para tanto. O Estado ao investir nos serviços básicos, como saúde e educação, libera os rendimentos da população para consumir os produtos industrializados e evita ou afasta o perigo de uma Revolução Socialista ou outra modalidade de contestação do Sistema Capitalista. Além do mais, a taxa de lucro precisa ser mantida em equilíbrio, portanto quando o Estado investe em políticas de bem-estar está poupando os recursos financeiros do capital e, por conseguinte, contribuindo para a manutenção da taxa de lucro.

O sétimo argumento é a cultura de massa. Com o fim do período das grandes guerras (1914-1945) e com a implantação de políticas de bem-estar, a população europeia voltou a crescer. Além disso, no século XX, o Capitalismo se espalhou rapidamente por regiões ainda inexploradas, como a América Latina, um continente que até o início deste século era predominantemente agrário, em busca de novos mercados consumidores e de matérias-primas mais baratas. Todo este movimento do capital fez emergir multidões ávidas pelos produtos industrializados, porém com grande potencial revolucionário. Eram, e ainda são, multidões de pobres em busca de melhores condições de vida e que poderiam acabar com o sonho de consumo dos americanos e europeus. A solução foi implementar, na periferia do Sistema, as políticas de bem-estar e desenvolver, em todo o mundo, a Indústria Cultural – rádio, discografia, cinema, TV e as novas formas de construir a arte – que gerou milhões de empregos e contribuiu, segundo Cotrim (2000, p. 226), para “o processo de narcotização da consciência das massas”. Com esse processo de narcotização a Cultura de Massa ganha

impulso e o *Welfare State* recebe mais uma missão: a de ser o instrumento de narcotização das multidões alienadas e empobrecidas do Terceiro Mundo.

O oitavo argumento é a crise da superprodução. Em 1929 manifestou-se uma forma de crise – a Grande Depressão – que não só teve uma difusão simultânea em quase todos os países capitalistas desenvolvidos, como também se apresentou como uma crise de superprodução e de subconsumo. Embora durante a crise se produzisse uma extraordinária concentração de capital, como bem recomenda o pensamento econômico neoclássico, e se deu um poderoso salto tecnológico, além do desemprego difuso que criava uma enorme disponibilidade de mão-de-obra barata, os mecanismos de mercado, enquanto tais, não eram suficientes para a retomada dos investimentos e da produção. A depressão é superada com a chegada da Segunda Guerra Mundial – pelo menos nos EUA, pois na Europa só com o fim desta guerra – entretanto, ficou o medo que tais acontecimentos viessem a acontecer novamente colocando em cheque a própria sobrevivência do Sistema Capitalista. Para que isto não voltasse a acontecer, o Estado de bem-estar foi estimulado a crescer por meio da ampliação do número de pessoas atendidas por seus programas (saúde, educação, moradia etc) e, dessa forma, absorver grande parte da produção das indústrias.

O nono e último argumento é o estímulo ao consumo. Com o desenvolvimento da produção em massa, com a expansão do capital para o Terceiro Mundo e com o crescente papel dos grandes oligopólios, a acumulação do capital dependia, cada vez menos, da possibilidade de atrair a população entre os investimentos e cada vez mais da possibilidade de sustentar os investimentos mediante a expansão do consumo. Para a produção em série já existia, nas grandes indústrias, durante a primeira metade do século XX, a organização taylorista do trabalho, porém não havia ainda uma organização da sociedade capaz de difundir o consumo. Para este fim foi amoldada a máquina do Estado. As suas funções se estenderam. A conseqüência disso foi o nascimento do

Banco Central e o papel-moeda, em todos os países capitalistas. Instrumentos indispensáveis para concentrar nas mãos dos governos a direção dos capitais necessários para sustentar os investimentos e para regular o ciclo econômico. A partir desse instante, desenvolveram-se os gastos públicos, os aparelhos de reprodução, políticas de pleno emprego, enfim o consumo individual e social.

Na década de 1970 houve a grande crise do petróleo que levou a Europa, os Estados Unidos e outras áreas do planeta a viverem uma recessão. Esta recessão foi causada pelo aumento de preço do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Estes países – na sua grande maioria árabes – queriam aumentar o seu Produto Interno Bruto (PIB) e, dessa forma, desfrutar do bem-estar dos países do centro do capitalismo. Vale salientar que não vamos discutir a influência na crise do petróleo das guerras entre palestinos e israelenses no Oriente Médio. Entretanto, o aumento do petróleo levou os países europeus e os EUA a comprometerem o orçamento nacional com políticas de reformulação de suas economias. Esta postura levou ao comprometimento de uma substancial parcela do orçamento. A conseqüência disso foi uma crise fiscal que colocou todas as políticas de bem-estar em decadência. A explicação para a crise do *Welfare State* parece muito simples: foi a crise do petróleo que provocou este fato, afirmam os jornalistas nos telejornais em horário nobre. Todavia, existem outros mecanismos que precisam ser analisados.

FATORES QUE LEVARAM À CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR

Segundo Vacca (1991, p. 154), na década de 1970 manifestaram-se “formas de crise que parecem específicas do Estado de bem-estar”. Vamos apresentar estas “formas”, descritas por Vacca, em dez fatores.

O primeiro fator é a crise fiscal, esta é muito propagada pela Mídia (TV, rádio, jornal etc). O fato é que dentro das estruturas do Estado de bem-estar o primeiro gerador, visível, de crise é a estratifica-

ção social. A extensão do trabalho dependente torna árduo comprimir os salários e isolar socialmente a classe trabalhadora. A consequência disso é que nas relações entre salário e lucro desenvolvem-se tensões e conflitos crescentes. As conquistas sociais dos trabalhadores não podem ser facilmente suprimidas e disto resulta uma crescente inflação de custos e um enrijecimento das bases fiscais do Estado. Ele tem, cada vez mais, de custear o preço da exclusão social, provocada, em grande parte, pelo crescimento dos monopólios, e da incapacidade que o empresariado possui de bancar políticas de contenção da miséria. Somado a isto, existe o paternalismo e o clientelismo dos governantes preocupados em se reeleger ou eleger algum representante do seu Sistema Político, a contratação sem critérios de funcionários públicos, a corrupção dentro do Sistema de Arrecadação (fisco), o superfaturamento de obras e os desvios de verbas. Com todos estes problemas, nasce uma crescente dificuldade de financiar a demanda, sempre mais difusa, de serviços e de gastos públicos de caráter social. As arrecadações estatais se enrijecem, e além de um certo limite não podem se multiplicar sem colocar em risco a própria existência do Capitalismo.

O segundo fator é a composição de classes do Capitalismo Tardio, o Capitalismo da segunda metade do século XX. Esta composição alimenta tensões contraditórias. De um lado, favorece o consumo afluyente de todo tipo de quinquilharia, para satisfazer as exigências de modernização da indústria e dos grupos mais privilegiados em favor de um gasto social improdutivo. Por outro lado, para vir de encontro às necessidades elementares das camadas marginais, que são cada vez mais numerosas – trabalhadores desempregados, jovens à procura do primeiro emprego, trabalhadores ocasionais, emigrantes, mulheres expulsas do mercado de trabalho, idosos, etc – devido ao aumento vertiginoso da população no século XX e das novas técnicas de produção que dispensam mão-de-obra. Além disso, crescem os gastos públicos para sustentar os médios e pequenos agricultores, empresas artesanais, pequenas empresas, os subsídios aos alimentos, que

reúnem camadas intermediárias, corporativas e protegidas, essenciais ao sistema de alianças do capital monopolista, e que por tal motivo obtém do Estado fluxos de recursos a vários títulos como, por exemplo, maior facilidade de obtenção de crédito, isenção fiscal e transferência de renda. Todos esses arranjos de classes contribuem apenas para agravar a crise fiscal do Estado de bem-estar.

O terceiro fator é a crise de governabilidade que atinge as democracias. Há um forte redimensionamento da soberania territorial. Esse redimensionamento se dá pela crescente internacionalização do capital e dos mercados, a invasão dos oligopólios, a interdependência, cada vez maior, das economias ocidentais, promovem novas desigualdades entre os próprios países capitalistas desenvolvidos e determinam novas formas de dependência dos países menos fortes em relação aos países sede do capital. A manutenção do dólar como regulador do comércio internacional – o que só beneficia os monopólios e os bancos que emprestam dinheiro aos países do Terceiro Mundo – o peso crescente dos balanços de pagamentos no desenvolvimento dos diferentes países e as consequências que emergem da nova divisão internacional do trabalho que impõem novos vínculos à relativa e estreita autonomia dos Estados e dos mercados nacionais.

Todo este movimento leva a duas consequências.

A primeira consequência é a crise da democracia. Há um rompimento da unidade temporal e espacial entre a economia e a política que afeta, diretamente, o funcionamento da democracia. Nas fases iniciais do Capitalismo, a democracia liberal emergia como uma das mais relevantes expressões políticas do Capitalismo Nacional. Num segundo momento, na fase fordista, as lutas dos movimentos sociais e políticos, e a expansão das forças produtivas convergiram para a criação de uma forma de democracia mais inclusiva e participativa. Apesar das contradições e de muitos abusos, os princípios democráticos tornaram-se presença obrigatória nas sociedades avançadas. Entretanto, atualmente, vemos uma rápida e drástica mudança.

Por causa do aumento da incapacidade do Estado de controlar o ambiente econômico e o não-econômico, sob o pós-Fordismo global as ordens [direções] que o Estado recebe de seus cidadãos não podem ser totalmente implementadas conforme está previsto na moderna teoria da democracia. O fracionamento da unidade temporal-espacial entre a política e a economia, portanto significa uma crise de representação política. O Estado está aumentando sua incapacidade de representar os desejos dos seus cidadãos (BONANO, 1999, p. 65).

A conseqüência direta dessa incapacidade é a rejeição do Estado de bem-estar e a mudança de suas preocupações básicas. O Estado de bem-estar é substituído pelo Estado “segurança”, o qual dá as costas para a periferia mergulhada na miséria e nas drogas. Tal fato pode ser percebido com facilidade pelas atuais preocupações do Estado, as quais são: garantir aos investidores altos lucros na ciranda financeira, recuperar bancos falidos ou oferecer aos oligopólios que se internacionalizaram a “cesta básica”, ou seja, isenção de impostos, terrenos doados pela União (Governo Federal), tarifas subsidiadas de água, luz e telefone.

Outro fator desta crise é a globalização. Ela é antidemocrática porque é hierarquizada, uma estrutura vertical. Navegam com confiança na aldeia global cerca de 500 a 600 grandes empresas que se internacionalizaram, as quais comandam 25% das atividades econômicas mundiais e controlam de 80 a 90% das inovações tecnológicas. Estas empresas pertencem aos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Grã-Bretanha e aos demais países do G-7. Constituindo-se um poderoso instrumento de elitização da economia mundial.

Nessa elitização da economia, a democracia é acusada de criar barreiras que impedem o fluxo e o crescimento dos capitais, pois ela é “problemática e perigosamente ingovernável” (LAURELL, 1997, p. 83), logo a democracia é desnecessária⁵. A conseqü-

ência direta disso é um processo de erosão da soberania do Estado-nação, daqueles países que não são os protagonistas da globalização, afetando a cidadania em suas várias formas. Enquanto as decisões que irão afetar a vida do cidadão são tomadas por entidades internacionais, como o Clube de Roma, o FMI, o Banco Mundial, o Senado Americano, o Parlamento Europeu e outros, o governo central, desses países, vê seu papel profundamente alterado pela própria aceleração das transformações econômicas e sociais. Este fato conduz à deformação da racionalidade política – já não é mais necessário se investir na ciência, mas na recuperação de bancos falidos – e da degradação das políticas sociais.

A segunda conseqüência é a crise da representatividade dos partidos políticos. No interior dos Estados, o crescente desenvolvimento da função dos partidos e o peso crescente das organizações de interesse contribuem para esvaziar as instituições de representação. Nas democracias européias o Sistema Parlamentar coincide substancialmente com o sistema dos partidos. Estes – para poderem ter peso no Mercado Eleitoral – tendem a penetrar, cada vez mais, nos órgãos do Estado e em suas células econômicas.

Por força desses processos se dilui a unidade da burocracia. Os órgãos da administração pública e do Estado são transformados em feudos dos partidos políticos. Vem daí uma crise sempre maior da burocracia: esgota-se a aparente neutralidade dos órgãos e das técnicas administrativas, que constituía um elemento essencial da motivação, unidade e identidade dos corpos burocráticos. A perda de homogeneidade incentiva os conflitos políticos no seu interior. Perde-se, gradativamente, a noção do servidor da coletividade (servidor público) e a expectativa de comportamentos homogêneos e leais por parte dos funcionários.

Todo este movimento acarreta conseqüências para os próprios partidos. Eles estendem o seu domí-

⁵ Segundo o ideário neoliberal a democracia, em si mesma, não é um valor central. A liberdade e a democracia podem “facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidiu interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como

quisesse” (ANDERSON, 1995a, p. 20). Entre a democracia e a economia, o neoliberalismo fica com a economia.

nio sobre os órgãos públicos e estatais, porém mostram-se cada vez mais incapazes de conferir unidade de objetivos e funcionalidade aos órgãos do Estado. Em sociedades complexas, como os EUA, a Inglaterra e a Alemanha, as decisões fundamentais, referentes ao desenvolvimento, à produção, ao consumo, à informação e outros, provém, em escala crescente, dos vértices dos grandes aparelhos, os quais tendem a se tornarem autônomos. Atingidos por conflitos de poder cada vez mais acirrados, esses aparelhos decidem a não precisarem da orientação partidária. Continuidade e mudanças são determinadas sempre mais por linhas internas, na base de conflitos de interesses, de culturas e de competências que percorrem os aparelhos do Estado. Os partidos se encontram envolvidos nesse movimento como membros, indiretos, das estruturas tecno-administrativas e como mediadores entre os objetivos elaborados por elas e as reivindicações da própria base eleitoral.

Na crise dos partidos é preciso frisar que não existem mais os partidos de classe estruturados, isto é, os partidos burgueses e os partidos do proletariado. Quanto aos primeiros, a crise de representação se manifesta, sobretudo como impossibilidade de unificar sob a égide do próprio partido os setores fundamentais das classes economicamente dominantes e o seu conjunto de alianças. Nos diferentes países, os processos de internacionalização envolvem segmentos cada vez maiores da burguesia e tornam difícil uma função unitária e nacional das classes dominantes, segundo os moldes e as figuras tradicionais. Pelo contrário, percebe-se claramente a sua crescente segmentação e concorrência ao recorrerem a parceiros internacionais mais fortes para garantir o seu apoio em troca da imediata, e sempre maior, dependência do seu próprio país.

Quanto aos partidos trabalhistas e socialistas, o elemento fundamental da sua crise vem da insuficiente capacidade de dominar ou amenizar as transformações capitalistas no âmbito mundial e de responder-lhes com um programa de propostas nacionais e internacionais. Outro elemento da crise dos partidos é a derrocada do Bloco socialista – já não

existe o ouro de Moscou⁶ para financiá-los – no leste europeu e a ascensão dos partidos verdes, que atraem militantes tanto das causas ecológicas como de outros setores sociais.

Todo este movimento leva ao *Welfare State* a ficar distante da população e, com isso, adentrar em uma crise profunda.

O quarto fator de crise é a internacionalização do intelecto científico. Uma das formas do Estado bancar políticas de bem-estar encontra-se no incentivo e no patrocínio da pesquisa científica. E também a partir da centralização do intelecto científico dentro do espaço nacional e sua transformação em potência política que o Capitalismo se consolidou, a partir do século XVIII, e pode expandir-se como uma verdadeira formação mundial graças à assimilação das ciências pelo capital. Fundamentalmente, foi essencial a presença do Estado na formação e no desenvolvimento do espírito científico. Entretanto, na segunda metade do século XX verificou-se um declínio acentuado do Estado na formação e controle da inteligência científica. Resumidamente, há quatro motivos para isto acontecer.

O primeiro motivo para tal fato acontecer são as características intrínsecas da própria ciência – metodologia, surgimento de novas teorias, novas tecnologias etc – que a conduz a se organizar em círculos cada vez mais transnacionais. O segundo é a dinâmica dos monopólios que criam seus laboratórios, na maioria das vezes mais bem aparelhados do que os laboratórios estatais, pagam altos salários aos cientistas e não estão ligados ao espaço territorial de uma nação. O terceiro é a própria crise fiscal do Estado que, conseqüentemente, sucateia os laboratórios, promove um achatamento salarial e privatiza, em muitos casos, as estruturas científicas. O quarto e último motivo é a crise ética vivida pela ciência em nossos dias, pois o que mais preocupa a comunida-

6 A expressão “ouro de Moscou” faz referência ao financiamento que a extinta União Soviética e seus aliados realizavam para que os grupos e partidos de esquerda se organizassem na América Latina e em outros continentes para lutar tanto pela implantação do Socialismo como por melhorias na condição de vida da população.

de científica internacional são os ganhos financeiros e não a solução de conflitos humanos. A ciência é regida, atualmente, pelo princípio maquiavélico de que o importante são os fins e não os meios (métodos). Neste caso, o fim é o lucro advindo de alguma descoberta científica. Expressões como: “cidadania”, “verdade”, “bem-estar social”, estão sendo banidas do receituário científico.

O **quinto fator** de crise é o extraordinário desenvolvimento das formas e dos meios de comunicação. Os veículos de comunicação se integram em um inédito Sistema Planetário, caracterizado por desequilíbrios e conflitos crescentes. Eles são, segundo Vacca (1991, p. 159), “o acelerador mais potente dos processos de unificação e internacionalização dos intercâmbios e completa as polaridades que configuram o conjunto de modalidades do desenvolvimento desigual”. A crescente oferta de informação, proveniente do desenvolvimento de uma rede mundial dominada por grandes oligopólios, constitui um dos fatores desagregadores da autonomia dos Estados. A informação se transformou no mais recente produto de consumo oferecido pela indústria, neste caso a Indústria da Mídia, e também na mais eficaz forma de narcotizar a consciência tanto do operariado como do resto da população. A Mídia substitui a religião no processo de controle da mente e de legitimação da exclusão social.

A Indústria da Mídia se caracteriza por uma espantosa vitalidade e capacidade de expansão da forma mercadoria, e pela inédita capacidade de penetrar em âmbitos da vida cotidiana e privada do cidadão, até então subtraídos pela reprodução capitalista. O universo privado vai rapidamente desaparecendo e, em seu lugar, surge a grande alucinação da audiência televisiva e dos modismos. Neste contexto, o Estado não consegue captar as reais necessidades do indivíduo porque tudo se transformou em mercadoria e o bem-estar social passou a ser um sonho distante. O bem-estar passa a ser visto como desnecessário, pois o que preenche a existência são os programas apresentados na Mídia.

O **sexto fator** é a crise do Estado-nação. Podemos claramente perceber que há uma ruptura no acordo entre o Estado-nação e as burguesias nacionais. Em primeiro lugar porque uma parcela dessa burguesia se internacionalizou e, segundo Lasch (1995, p. 38), “já não aceita mais o lugar comum do espaço nacional”, vendo os “países apenas como municipalidade” (FORRESTER, 1997, p. 27). Em segundo lugar, porque a parcela da burguesia que não conseguiu se internacionalizar – por fatores diversos, como: sucateamento do parque industrial, falta de acesso à tecnologia de ponta, perda da concorrência para os oligopólios, etc – tenta se adaptar à nova ordem estabelecida. Uma das formas de tal fato acontecer é negar o espaço nacional, como vem acontecendo. Afirmam-se espaços como do Mercosul e da União Européia, quando a maioria dos empresários não tem acesso nem ao Mercosul e nem à União Européia. Fala-se em negócios transnacionais, ou vive-se, intensamente, o delírio das bolsas de valores. Portanto, é preciso ter a consciência de que “sobre o pano de fundo de todos os processos [...] destaca-se o fim da economia nacional” (VACCA, 1991, p. 160).

Tradicionalmente o papel histórico do Estado-nação, é:

- 1) Aumentar o processo de acumulação de capital;
- 2) Legitimar a acumulação para aqueles segmentos da sociedade nacional que não eram beneficiados pelo Estado. O problema é que, em nossos dias, esses dois fatores podem ser postos em prática sem a participação do Estado. Os grandes oligopólios acumulam capital sem precisar da figura do Estado-nação e a burguesia, que não conseguiu se internacionalizar, vê no mesmo um obstáculo para que tal fim se realize.

Qual é a conseqüência desse movimento? A primeira conseqüência é que, segundo Bonano (1999, p. 60), uma “releitura completa do período de crescimento do pós-segunda guerra nos dá a sensação de que as estruturas de acumulação fracassaram e que as políticas sociais precisam ser modificadas”.

A segunda conseqüência é a ruptura direta da unidade temporal-espacial entre política e economia e o surgimento de uma nova aristocracia. Esta nova aristocracia, conceituada, por Rifkin, em *O fim dos empregos* (1995), como os cosmopolitas, é diretamente ligada à internacionalização dos oligopólios e ao jogo financeiro realizado nas bolsas de valores, por meio de computadores e telefones. Para Lasch (1995, p. 14), esta nova aristocracia “não mais prevê uma progressiva igualdade de condições entre os indivíduos, mas simplesmente a exclusão seletiva de tudo o que não é elite”.

Segundo Lasch (1995), o novo aristocrata comporta-se fielmente como um turista. Ele sente-se à vontade a caminho de uma conferência importante, da festa de inauguração de uma franquía, de um festival internacional de cinema ou de um paraíso ecológico ainda inexplorado. Ele não conhece seu vizinho e também não conhece os problemas enfrentados por sua comunidade e por seu país. Para Lasch (1995, p. 14), a posição, do novo aristocrata, diante dos problemas do país “não é uma perspectiva que possa incentivar uma apaixonada dedicação à democracia”. Pelo contrário, se por acaso a violência ou a miséria rondar sua casa ele, simplesmente, mudará para um balneário turístico em outra cidade ou outro país. O fato determinante de todo este movimento é que o Estado-nação perde, a cada instante, sua capacidade de investimento em projetos de bem-estar por causa do agravamento da crise fiscal e de legitimidade.

O sétimo fator de crise é a avanço da globalização. Para iniciar a discussão vamos colocar o conceito de globalização do modo como ele é transmitido pela Mídia e pelos economistas. A globalização, em termos, é o fim ou a redução das barreiras de circulação das mercadorias e do trabalho. Argumenta-se que tal fato é, principalmente, o resultado dos avanços na tecnologia e da implementação das políticas neoliberais. Ou é o processo, inevitável, do avanço da internacionalização e da integração da economia mundial capitalista.

Há um mito neste conceito. Segundo Coutinho (1995, p. 21), o mito é justamente pensar que “um mundo econômico sem fronteiras resultaria de uma suposta queda generalizada das barreiras comerciais e não-comerciais no intercâmbio internacional”. O chamado “mundo globalizado” resume-se entre “12 e 15 atores globais” (COUTINHO, 1995, p. 22), isto é, os oligopólios mundiais ou globais caracterizam-se pela existência de poucos protagonistas. Um bom exemplo do chamado “mundo globalizado” é o caso da indústria automobilística, onde não mais que dez produtores internacionalizados dominam e competem por fatias de mercado em escala global. Outros exemplos são: a indústria farmacêutica, de alguns setores de material elétrico pesado, informática, eletrônica de consumo, cosméticos, química fina e metais não-ferrosos.

Esse mito pode ser perfeitamente percebido pela natureza da globalização, a qual é:

- 1) Aceleração intensa e desigual da mudança tecnológica entre as economias centrais;
- 2) Reorganização dos padrões de gestão e de produção de tal forma a combinar os movimentos de globalização de algumas empresas;
- 3) Difusão desigual da Revolução Tecnológica, reiterando os desequilíbrios comerciais e de balanço de pagamentos, resultando num policentrismo econômico que substitui a bipolaridade nuclear do pós-segunda guerra e se expressa na fragilidade do dólar, no fortalecimento do euro e do marco;
- 4) Significativo aumento do número de oligopólios globais, dos fluxos de capitais em busca de “mercados emergentes” que ofereçam taxas de juros elevadíssimas e da interpenetração patrimonial (investimentos cruzados e aplicações financeiras);
- 5) A ausência de um padrão monetário mundial estável, no contexto de taxas cambiais flutuantes, gerando como conseqüência a impossibilidade de prevenir as rupturas no Sistema, como, por exemplo, a crise, em 1999, do México, do Brasil e a grave crise, em 2001, da Argentina.

A conclusão a que se chega, desses cinco itens, é que não há espaço para a tão badalada democracia comercial entre todos os países e a conseqüente melhoria do padrão de vida das populações marginalizadas de regiões como o Leste Europeu, a América Latina e a África.

Outro argumento favorável a globalização são as estruturas flexíveis, as quais nascem da privatização de empresas públicas⁷, da reestruturação gerencial das empresas, do lançamento de novos produtos no mercado de consumo e de novas formas e condições de trabalho. O problema é que essa flexibilidade é ilusória. Por exemplo, para se ter acesso às empresas públicas privatizadas depende-se da capacidade de pagamento – e multidoes foram alijadas da prestação de serviços essenciais por não disporem de recursos financeiros – ou do lucro geral. Para Bonano (1999, p. 53),

As novas estruturas flexíveis prestam-se à racionalização financeira, á concentração de recursos, á ultrapassagem de obstáculos, á alocação mais eficiente das formas de produção, à proteção contra possíveis mudanças econômicas e à obtenção de mais vantagem através de novos instrumentos financeiros e fiscais.

As estruturas flexíveis concentram tanto poder, como recursos financeiros, nas mãos dos oligopólios que se globalizaram na segunda metade do século XX. Entretanto, cria-se, por meio do constante discurso da globalização, a ilusão que tais estruturas são universalizadas e democráticas, porém, segundo Dowbor (1995, p. 4), o que realmente existe de universal e democrático nestas estruturas é o próprio “discurso de que tudo se globalizou”.

É importante ressaltar a capacidade que os grupos empresariais adquiriram de movimentar suas estruturas produtivas. As corporações mudam suas plantas e seus ativos ao redor do mundo com o real objetivo de obterem condições de produção mais desejáveis e evitarem limitações e restrições

que são demandadas por outros atores sociais: governos, trabalhadores, movimentos sociais, pacifistas, organizações não-governamentais e outros. Em síntese, as grandes corporações estão fugindo de suas responsabilidades sociais, com seus empregados e com toda a sociedade. Uma das conseqüências dessa fuga ou simplesmente da “ideologia da mobilidade” (BONANO, 1999, p. 58) é o desemprego em massa, justamente o contrário do discurso oficial da globalização, e o agravamento da crise do *Welfare State*, pois com a queda crescente do índice de empregabilidade o Estado arrecada menos impostos e as políticas sociais, geridas por ele, são cada vez mais prejudicadas.

O oitavo fator de crise é a ideologia. A questão ideológica do *Welfare State* é de suma importância, pois existe uma redução das margens de manobra dos diferentes compromissos institucionais, dificuldades maiores no seio do movimento operário e nas políticas interclassistas. Encontra-se em jogo a estrutura de organização das relações sociais, geradas com o pós-segunda guerra, e que resultaram no Estado de bem-estar. Os antigos equilíbrios entre Estado e economia de mercado, entre acumulação e consenso político, se decompõem. As limitações impostas pela crise das políticas do *Welfare State* levam ao abandono dos compromissos econômicos e políticos que regulavam o seu funcionamento. Os conflitos gerados, no próprio movimento operário, põem em jogo a sua forma de organização sindical e a sua inadequação para incorporar, no seu campo de lutas, os novos movimentos sociais emergentes – grupos ecológicos, movimentos feministas, anti-racista, religiosos, os regionalismos, pacifistas, homossexuais, sem-terra, sem-teto, negros, índios, moradores de rua, juventude e menores abandonados, terceira idade, imigrados, trabalhadores sem sindicato, profissionais do sexo, etc. Tudo isso causa uma crise da gestão política na sociedade.

Outra parte fundamental da questão ideológica é que o padrão de crescimento econômico não se limitou aos espaços nacionais do centro do Sistema Capitalista. Houve uma integração de toda a peri-

7 Nos referimos a “privatização” em sentido geral e não com relação a um país especialmente como, por exemplo, o Brasil.

feria capitalista por meio da internacionalização do capital, da formação de um sistema de monopólios, dos avanços tecnológicos e do aperfeiçoamento da Sociedade de Massa. Essa integração gerou um dualismo sem precedentes – um crescimento rápido e uma redistribuição da riqueza extremamente desigual. Desse modo, a crise do *Welfare State* pode ser atribuída a sua própria incapacidade de responder aos novos requisitos da sociedade pós-industrial.

De um lado, aos requisitos econômicos, políticos e ideológicos dos espaços social-democratas, de outro lado, as necessidades geradas pela integração desigual das periferias capitalistas. A consequência é a inadequação da estrutura institucional do Estado de bem-estar aos novos anseios da sociedade. Essa inadequação tem dois níveis. O primeiro nível é o que Leal (1996, p. 24) classifica como o “incômodo da burguesia”, pois no seio da burguesia cresce um sentimento cada vez mais anti-estatista e luta-se contra a amplitude do Estado na regulação da vida social. O segundo nível são os novos agentes sociais – os movimentos sociais emergentes – passam a intervir diretamente no conjunto da sociedade questionando a prática política estatal e as estruturas partidárias existentes. Recusa-se, por parte desses movimentos, a “participar e desempenhar os papéis clássicos – base eleitoral de partidos políticos, grupos de pressão corporativistas ou mecanismos de poder” (LEAL, 1996, p. 26).

O nono fator de crise é a dívida externa. Esta forma está ligada aos países do Terceiro Mundo. No pós-segunda guerra os americanos emprestaram altas somas de dinheiro para os países europeus e o Japão com a finalidade de reconstruir o patrimônio nacional destruído durante a Segunda Guerra Mundial. Com o advento dos anos dourados, os quais nascem com o fim da guerra, em 1945, e vão até 1970, a economia destes países cresce e a dívida vai sendo paga. No entanto, com a chegada da crise do petróleo em 1974 tanto os americanos como os europeus vão buscar novas formas de financiar o crescimento econômico. Uma dessas formas é promover o endividamento sempre crescente dos países da América

Latina, Ásia e da África, os países do chamado Terceiro Mundo. Por meio da cobrança de juros e taxas adicionais os EUA e os países capitalistas avançados da Europa, como, por exemplo, a Inglaterra, França e Alemanha, montaram um fundo para recompor suas economias em tempos de crise e de estimulá-las quando esta passar.

A dívida externa atinge diretamente as políticas de bem-estar dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, pois compromete mais de 50% – e em alguns países, como o Brasil, chega a 56% – do orçamento nacional, inviabilizando a estabilidade social. Este processo coloca os países do Terceiro Mundo num círculo vicioso, pois eles precisam, constantemente, recorrer aos países do núcleo capitalista – para, por exemplo, pagar os juros da dívida – para realizar novos empréstimos e aumentar sua dívida. Isto abre espaço para as “missões do FMI” que tem a finalidade de monitorar e até controlar as economias endividadadas. Essas “missões” não trazem em seus projetos o estabelecimento do bem-estar social. Com isso, o Estado de bem-estar, no Terceiro Mundo, entra em decadência. Vale salientar, que não nos cabe realizar uma explanação se houve, ou não, um *Welfare State* no Terceiro Mundo.

O décimo e último fator é a crise de legitimidade. Esta crise tem dois níveis, o interno e o externo. A crise interna de legitimidade é apresentada por Brunhoff no livro *A hora do mercado: crítica ao liberalismo* (1991). Para ela a própria população, que se serve deste modelo de Estado, critica-o, pois os serviços, como, por exemplo, saúde e educação, oferecidos por ele são de má qualidade, muito diferentes da propaganda estatal que mostra serviços de excelente qualidade, rápido atendimento e profissionais de alto nível. Essa má qualidade se dá devido ao investimento equivocado que o Estado realiza. Vejamos: o empreguismo, o qual provoca um comprometimento maciço do orçamento estatal, militarização do Estado. A doutrina da “defesa do mundo livre” leva aos Estados centrais do capitalismo a colocar uma grande parcela do orçamento em gastos militares, deixando a população com serviços bási-

cos sucateados. Desvios de verbas, má administração e outros fatores.

Outra crítica feita pela população é o caráter incontrolável de sua extensão. A fim de atender a inúmeros compromissos eleitorais e interesses empresariais, os governantes promovem um crescimento exagerado do *Welfare State*. Este crescimento acarreta uma redução do espaço privado e um avanço, das estruturas estatais, na vida íntima do cidadão. Isto vai lentamente reduzindo o direito de escolha – a liberdade individual – sobre os assuntos referentes à vida, pois, o Estado, com sua rede de tecnocratas, vai decidindo o que é melhor para a existência do cidadão. A crise interna de legitimidade será um argumento usado pelo pensamento neoliberal para defender uma redução drástica do tamanho do Estado – por meio das privatizações – e um incremento da plena liberdade de Mercado.

O nível externo desta crise é apresentado inicialmente por Stewart no livro *A moderna economia: antes e depois de Keynes* (1976). Para Stewart além do aumento do preço do barril de petróleo no Mercado Internacional existe outro fator, o qual determina a crise do Estado de bem-estar na década de 1970. Este outro fator é a nova geração – nascida a partir da década de 1960 – que não participou do pacto realizado no pós-segunda guerra. Este pacto possibilitou uma estabilidade social através da implantação de políticas de *Welfare*. Por tal motivo todos os cidadãos do continente europeu – visto que a pesquisa foi realizada na Europa – tinham um compromisso ético com o pagamento de altos impostos. Estes altos impostos mantinham as estruturas de bem-estar social. Todavia, esta nova geração não participou de todas as angústias e sofrimentos da primeira metade do século XX e, por causa disso, não se sente à vontade com o pagamento de altos impostos⁸. O que ela desejava – e deseja – era gastar seu dinheiro com um

consumo pessoal e supérfluo. Este tipo de postura colocou a legitimidade do *Welfare State* em cheque.

O outro nível desta crise é apresentado por Rosanvallon no livro *A crise do Estado-providência* (1981). Para Spinelli (1993, p. 204), Rosanvallon é o pensador que pode ser considerado como “o mais original, no sentido de que o seu pensamento dificilmente pode ser enquadrado em alguma das linhas de análises conhecidas”. De acordo com Rosanvallon (1981), não se deve procurar a chave explicativa do desenvolvimento do Estado-providência – esta é a expressão que ele usa para designar o Estado de bem-estar social – na lógica do Capitalismo, porém na própria lógica inscrita no enredo do Estado Moderno, pois ele é um “produto da cultura democrática e igualdade moderna” (ROSANVALLON, 1981, p. 25). O Estado de bem-estar teria a incumbência de libertar a sociedade da necessidade e do risco.

Esta incumbência nasceu do compromisso social, o pacto ético proposto por Keynes na *Teoria geral* (1988), realizado no pós-segunda guerra entre o Estado, a classe patronal e os sindicatos – representantes da classe operária. Este pacto consistia em que a classe operária aceitava não contestar as relações de produção, especialmente a propriedade privada, e renunciava ao postulado da revolução armada; em troca de um Estado social redistributivo e da existência de um espaço de negociações sociais que lhe permitisse ganhos reais. A partir da década de 1970 nascem os questionamentos. Segundo Rosanvallon (1981, p. 26), “O que se coloca em cheque quando se questiona o Estado-providência é o contrato social, o pacto: as relações da sociedade com o Estado que são objeto de uma indagação”.

O pacto realizado no pós-segunda guerra – e que, teoricamente, perdurou entre 1945-1974 – é questionado pelas gerações e pela dinâmica do capital que deseja auferir maiores lucros a partir da retirada parcial ou da pura eliminação das políticas de bem-estar. Neste contexto, para Rosanvallon (1981,

8 Hayek (1983, p.158) expressa o incômodo da burguesia referente ao pagamento de altas taxas de impostos para manter os serviços de bem-estar social, da seguinte forma: “Não devemos esperar que algum dia se chegue à unanimidade quanto a proporção desses serviços [saúde, educação, moradia, etc] e tampouco é evidente que coagir os indivíduos a contribuir para

a execução de serviços com os quais eles não concordam seja justificável do ponto de vista moral”.

p. 44), “a eficácia econômica (a competitividade) e o progresso social (redução das desigualdades e socialização crescente da procura) tornam-se contraditórias”. Esta contradição é criada por um eventual pleno emprego. Mesmo que os lucros permaneçam elevados e a alta dos preços possa neutralizar o aumento dos salários, a posição social do patronato será afetada. O motivo disto é que a relativa segurança no emprego dos trabalhadores ameaça minar a disciplina nas empresas e alimentar uma instabilidade sócio-política. Por estes motivos, o *Welfare State* é conduzido para o conjunto de instituições sociais em decadência.

Depois de analisarmos as diversas formas de crise do Estado de bem-estar, resta-nos fazer algumas perguntas. Num contexto de crise, o que fazer? “O regresso do liberalismo?” (SPINELLI, 1993, p. 212). Uma reformulação desse modelo de Estado? Uma ampliação, mais democrática, de suas atribuições? Atualmente, ganha força nos meios políticos e econômicos o retorno ao liberalismo, ou melhor, a aplicação das premissas neoliberais. Será que o neoliberalismo vai suplantará, definitivamente, o *Welfare State*? Essa pergunta, por enquanto, não tem resposta.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTINI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir; GENTINI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. *ANPOCS. Boletim Informativo*, v. 39, p. 3-39, 1995.
- AURÉLIO, Carlos Pimenta de Faria. Uma genealogia das teorias e modelos do Estado de bem-estar social. *ANPOCS. Boletim Informativo*, v. 46, p. 39-67, 1998.
- BONANO, Alessandro. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTE, Josefa S. Bárbara (Org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutíferas para exportação*. Recife: Ed. da UFPE, 1999.
- BRUNHOFF, Suzanne de. *A hora do mercado: crítica ao liberalismo*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1991.
- COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- COUTINHO, Luciano G. Nota sobre a natureza da globalização. *Economia & Sociedade*, v.4, p.21-26,1995.
- DOWBOR, Ladislau. Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços. *São Paulo em Perspectiva*, v. 91, p. 3-10, 1995.
- ESPING-ANDERSEN, Gösta. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova*, v. 24, p. 85-116, 1991.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18. ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GALBRAITH, John Kenneth. O sol keynesiano a pino. In: _____. *O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica*. Tradução Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Pioneira & EDUSP, 1989. (Novos umbrais).
- HAYEK, Friedrich. *Os fundamentos da liberdade*. Tradução Henry Maksoud. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Tradução Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).
- LASCH, Christopher. *A rebelião das elites e a traição da democracia*. Tradução Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.
- LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado. In: _____. *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. 2 ed. Tradução Rodrigo L. Contrera. São Paulo: Cortez, 1997.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. Welfare State: forma moderna de revolução passiva. *Política Hoje*, v.6, p. 7-29, 1996.

MARX, Karl. *O capital*. 15. ed. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 1.

NAVARRO, Vicente. Welfare State e keynesianismo militarista na era Reagan. *Lua Nova*, v.24, p. 189-210, 1991.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força de trabalho*. Tradução Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROSANVALLON, Perry. *La crise de l'état providence*. Paris: Seuil, 1981.

SADER, Emir; GENTINI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Teorias explicativas sobre a emergência e o desenvolvimento do Welfare State. *Política & Trabalho*, v. 15, p. 29-42, 1999.

SPINELLI, José Antônio. Identidades e contrastes na análise do Estado de bem-estar social. *Vivência*, v. 7, p. 187-214, 1993.

STEWART, Michael. *A moderna economia: antes e depois de Keynes*. Tradução Flávio de Moraes T. Plaza. São Paulo: Atlas, 1976.

VACCA, Giuseppe. Estado e mercado, público e privado. *Lua Nova*, v. 24, p. 151-164, 1991.